

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.587 - SP (2019/0356945-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**GUSTAVO SIQUEIRA MARQUES - SP347855**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : OSMAR DE ARAUJO LIMA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

**OSMAR DE ARAUJO LIMA** alega sofrer constrangimento ilegal, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** na Apelação n. 0003416-12.2016.8.26.0132.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi condenado, em primeiro grau, como incurso nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/2006, à pena de 13 anos e 6 meses de reclusão, no regime inicial fechado, mais multa. Os autos noticiam a apreensão de **11 tijolos de cocaína, com peso de 11.250 kg.**

Em apelação, o Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo defensivo, para absolver o paciente da prática do crime de associação ao tráfico e reduzir a reprimenda para **6 anos e 8 meses de reclusão**, mantido e **regime inicial fechado**.

Nesta Corte, a defesa pretende, liminarmente e no mérito, a **fixação de regime inicial semiaberto e a aplicação da detração.**

### Decido.

O Tribunal de origem fixou o regime inicial fechado de cumprimento de pena com base nos argumentos que se seguem (fls. 107-108, destaquei):

O regime imposto deve ser mantido, pois, muito embora não se desconheça que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do Habeas Corpus n.º

# Superior Tribunal de Justiça

111.840/ES (27.06.2012), tenha afastado a obrigatoriedade do regime inicial fechado para os condenados por crimes hediondos e equiparados, no caso *sub judice* a **gravidade concreta das condutas – já minuciosamente analisadas – aliada às circunstâncias judiciais desfavoráveis**, desautoriza o estabelecimento de regime prisional mais brando (cf. artigo 59, III; c.c. artigo 33, § 3º, do Código Penal).

Sobre a matéria posta em discussão, faço lembrar que, uma vez reconhecida, incidentalmente, a inconstitucionalidade do óbice contido no § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/1990 (STF, HC n. 111.840/ES, DJe 17/12/2013), a escolha do regime inicial de cumprimento de pena deve levar em consideração a quantidade da reprimenda imposta, a eventual existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, bem como as demais peculiaridades do caso concreto (como, por exemplo, a quantidade, a natureza e/ou a diversidade de drogas apreendidas), para que, então, seja fixado o regime carcerário que se mostre o mais adequado para a prevenção e a repressão do delito perpetrado, nos termos do art. 33 e parágrafos do Código Penal – com observância também ao disposto no art. 42 da Lei n. 11.343/2006.

No caso, conforme visto, a Corte de origem manteve a fixação do regime inicial mais gravoso com base, justamente, nas **peculiaridades do caso concreto – quantidade e natureza da droga apreendida (11.250 Kg de cocaína e presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis)** –, o que justifica a imposição de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da reprimenda aplicada.

Portanto, em homenagem ao **princípio do livre convencimento motivado** e uma vez que foram apontados argumentos concretos e específicos dos autos para a escolha do regime prisional fechado, não há como esta Corte simplesmente se imiscuir no juízo feito pelo Tribunal de origem para fixar regime inicial mais brando de cumprimento de pena ao acusado.

No tocante à pretendida aplicação da **detratação**, verifico que **a Corte de origem não se manifestou sobre o tema**. Observo, inclusive, que não foram opostos embargos de declaração pela defesa a fim de que houvesse pronunciamento da questão.

Assim sendo, inviável a análise do pedido, uma vez que não

# *Superior Tribunal de Justiça*

foi objeto de exame pelo Tribunal apontado como coator. A apreciação da matéria por esta Corte Superior implicaria, assim, indevida **supressão de instância**.

Por fim, ressalto que, sob o prisma do entendimento adotado por esta Corte Superior de Justiça acerca da fixação de regime de cumprimento de pena, não vejo razões para o processamento deste habeas corpus, notadamente porque expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal – que o Relator decida o habeas corpus, **monocraticamente**, quando a decisão impugnada se conformar com a jurisprudência dominante acerca do tema.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**